

**Daniel Estudante Protásio (org.), *Historiografia, Cultura e Política na época do Visconde de Santarém (1791-1856)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, ISBN: 978-989-8068-24-8.**

Apesar da centralidade da temática historiográfica, este livro abarca outros aspetos relacionados com a cultura política realista, moderada e radical de Oitocentos. Tendo como referência a memória e a ação de realistas, miguelistas e conservadores moderados, num tempo de difícil afirmação do liberalismo e de triunfo do Cartismo, o ângulo escolhido para a identificação do período cronológico que abrange, *latu sensu*, a primeira metade do século XIX, permitiu resgatar e sistematizar o lastro deixado pela tradição contrarrevolucionária nos domínios da cultura, da política, da diplomacia, da história, da religião e da arte. Esta intenção compagina-se com a ação e o pensamento do aristocrata erudito que, depois do triunfo do Setembrismo, preferiu o exílio em Paris ao manso refúgio num qualquer local de província no reino. Saliente-se que o visconde de Santarém viveu, na sua juventude, na Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Como todos os miguelistas, foi profundamente tocado pela crise atlântica do Império Português. Manteve-se ao longo da vida monárquico anticonstitucionalista. Serviu D. Miguel em vários momentos e missões, com algum sentido crítico na fase final do miguelismo, e permaneceu no exílio em França de 1835 até 1865, ano da sua morte.

Deixando de lado o tempo menos conhecido do exílio, a *época do 2.º visconde de Santarém* foi pensada, portanto, na confluência da teoria da história, da cultura política e da diplomacia. Para corresponder a este triplo desígnio o livro apresenta-se estruturado em três partes: Historiografia, Cultura e Política.

Inscrevem-se na primeira parte da obra, dedicada à historiografia, os estudos de Temístocles Cezar, Valdei Araújo, Ricardo de Brito, Armando Malheiro da Silva e Daniel Protásio. A visão do tempo histórico articula-se no espaço luso-brasileiro, a partir da construção do discurso historiográfico, sob a égide do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro em 1838, e do pensamento de José da Silva Lisboa (1756-1835), o visconde de Cairu.

A recuperação da divisa ciceroniana, *Historia magistra vitae* ajusta-se, como *topos* retórico e também como modelo conceptual, aos debates entre antigos e modernos na escrita da História do Brasil independente, como assinala Temístocles Cezar. Longe de nos transportar para a matriz da história nacional, segundo o figurino da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, o autor enfatiza o prestígio moral do ofício de historiador e o debate prévio travado nos

primórdios do IHGB entre antigos e modernos. Em síntese, analisa e compara três manifestos críticos: *O “Discurso inaugural”* do cônego Januário Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB, publicado em 1839; a dissertação de Carl Friederich Phillip von Martius, “Como se deve escrever a História do Brasil” datada de 1844, em resposta à questão posta a concurso pelo IHGB; e as “Indicações sobre a História Nacional” (1894) do conselheiro Tristão Alencar Araripe. Esta última reflexão, escrita em pleno regime republicano transporta a discórdia política para a narrativa histórica, revelando que o historiador acompanha o esgotamento do *tempo Saquarema*, ou seja, o termo da monarquia e da escravidão no Brasil.

Na transição para a independência, também José da Siva Lisboa, na *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1825) experimenta a tensão entre os antigos e os novos *exempla*. Leitor e tradutor do Edmund Burke, Robertson, Hume e Adam Smith, o visconde de Cairu, conforme é sublinhado por Valdeci Araújo, funde naquela obra “três diferentes macronarrativas”. A da ação providencial, a do conflito pela liberdade *versus* autoridade, e a da passagem do senhorialismo para sistema comercial, aberto, livre e capitalista.

Na mesma conjuntura de “guerra de ideias em Portugal”, como refere Ricardo Brito, o uso dos conceitos da linguagem política faz sentido se for articulado com os vários regimes de historicidade em confronto na época. Nos debates das Cortes Constituintes de 1821-1822, diz-nos este autor, o termo revolução aparece em 170 vezes enquanto regeneração, muito mais usual, é ostentado em 511 referências discursivas parlamentares.

No primeiro liberalismo português o léxico não engana: Cortes em vez de Parlamento, Constituição antiga alimentando o desejo de uma Constituição moderna, Regeneração suplantando com frequência o alcance da Revolução. Enfim, o léxico dominante, de fundo historicista, guia a visão do presente por uma perspectiva idealizada do passado, amortecendo, de certo modo, o choque trazido pela mudança revolucionária. Retomando a teorização de Koselleck e a trajetória do conceito de Revolução em Portugal entre 1750 e 1870, já traçado por Fátima Sá e Melo Ferreira (2012), é observável, no caso português, que o conceito Revolução remete para a temporalização da História, porque impõe a ideia de rutura e começo de uma nova era, e para ideologização da linguagem histórica, na medida em que assinala a consciência da passagem do Antigo Regime para modernidade política. Colocando em contexto os usos da linguagem política, como preceitua Skinner, verifica-se que existe uma diferença profunda entre o *Portugal Regenerado* do liberal Borges Carneiro em 1821 e o *Portugal e a Revolução* de Faustino José da Madre de Deus, texto que viu a luz do prelo em 1832,

ano do início da guerra civil. No primeiro livro a liberdade revolucionária é assumida como imperativo de justiça e mola do programa político do vintismo. No segundo, a revolução é vista como um perigo exterior, é rejeitada e sentida como ameaça à ordem vigente.

Como reconhece o organizador deste livro, a apreensão dos vários matizes do processo político é muitas vezes dificultada pela falta de bons instrumentos de consulta. Neste contexto, Armando Malheiro da Silva e Daniel Estudante Protásio apresentam as bases para a futura elaboração de um Dicionário Crítico do tempo de D. Miguel (1828-1834). No campo das experiências partilhadas, marcadas pela transição e pelo conflito de interpretações, por disputas de gosto e sensibilidade, a arte teve um papel destacado. Basta atender ao retrato de família do 1.º visconde de Santarém, executado por Domingos Sequeira (1768-1837). À data da encomenda e da realização do quadro, o jovem Manuel Francisco Leitão e Carvalhosa encontrava-se no Rio de Janeiro, mas nem por isso deixa de comparecer na cena de família fixada por Sequeira. Este dado é especialmente relevante na reconstituição que Alexandra Gomes Markl faz do ambiente cultural da casa do visconde de Santarém.

Na época, a vivência do catolicismo não deixou de ser abalada por um profundo sentimento de medo e de insegurança. Prova disso é a devoção de Nossa Senhora da Rocha, alimentada pelos miguelistas. O novo culto despertou em maio de 1822, com a divulgação de um pequeno opúsculo de Frei Cláudio da Conceição alusivo a “um prodígio raro” atribuído à imagem encontrada por um grupo de rapazes na ribeira do Jamor, às portas de Lisboa. Seguindo o estudo de caso desenvolvido por Fátima Sá e Melo Ferreira, percebe-se que a divulgação do culto de Nossa Senhora da Rocha é alimentada por conhecidas figuras do clero ligadas à contrarrevolução, onde se inclui José Agostinho de Macedo. A leitura política da crença intensificou-se a partir de 1825 e acompanhou a expansão territorial da nova hagiografia durante o miguelismo.

À margem do campo religioso, as relações políticas entre Estados convocam ainda sólidas abordagens transnacionais. A última parte deste livro abre com o interessante texto: “‘La Peninsula das Hespanhas’ y los Legitimismos. La última función (1828-1840)” de Juan Pan-Montojo e Andrés Maria Vicent. Estes autores focam a questão do legitimismo na Península Ibérica mostrando as conexões internacionais deste movimento e, especialmente, as similitudes e interferências dinásticas entre Portugal e Espanha. O sintagma utilizado no título deste capítulo “La Peninsula das Hespanhas”, retirado da Convenção de Évora Monte (1834), expressa bem a geminação do problema do legitimismo aquando da sua parcial resolução com o afastamento de D. Miguel e D. Carlos

dos tronos de Portugal e Espanha. A perceção europeia da aliança política entre o miguelismo e o carlismo e a falência internacional das “monarquias globais” ibéricas nos inícios do século XIX são outros tópicos abordados neste capítulo. Como sublinham os autores, no plano internacional, a Península Ibérica constituía uma unidade geopolítica de menor importância no xadrez europeu. Tinha o seu território reduzido depois da perda ou fragmentação dos impérios coloniais de Espanha e Portugal e confrontava-se com guerras de sucessão e guerras civis conexas nos dois países.

Relaciona-se com esta problemática a reflexão de Mendoza y Gómez de Valugera sobre a correspondência diplomática entre Portugal e Espanha durante os últimos meses de vida de Fernando VII (1832/1833), no fim da chamada “década ominosa”. António Ribeiro Saraiva e o conde de Figueira, representante português na Corte de Madrid, revelavam-se próximos do partido de D. Carlos, que era casado com D. Maria Francisca, irmã de D. Miguel, e pretendente ao trono. O desfecho da crise dinástica em Espanha coincide com o início da guerra civil (1832-34) em Portugal, daí a importância da correspondência analisada que, entre outros aspetos, revela os impasses das expedições militares preparadas em Espanha para apoiar primeiro os miguelistas e depois o partido de D. Pedro e a causa de Dona Maria da Glória.

Ora, é no contexto da radicalização das forças realistas e liberais e das ingerências da diplomacia francesa e inglesa nos assuntos ibéricos, até à assinatura da Quádrupla Aliança (22 de abril de 1834), que Daniel Protásio estuda, com abundante informação, as diferentes facções e sensibilidades políticas em presença em Portugal no período miguelista. No capítulo intitulado “Moderados e ultras na regência e no reinado de D. Miguel (1828-1834)”, a reconstituição prosopográfica de elementos da nobreza ligados à diplomacia, ao governo e ao exército são fundamentais para se perceber as redes sociais, os laços de parentesco, os alinhamentos conjunturais e as afinidades ideológicas dos apoiantes e críticos de D. Miguel. O autor evidencia também que o conflito surdo entre os contrarrevolucionários que se exilaram, em 1826-1827, e os que permaneceram em Portugal, ao abrigo da Carta Constitucional, vai manter-se e produzir efeitos nas nomeações para cargos militares, diplomáticos e governativos. Significativa é também a chamada de atenção para as posições mais ponderadas e frias, no campo diplomático, do visconde de Santarém, do conde da Ponte e do duque de Cadaval, identificados com a facção moderada do miguelismo, em contraponto com os partidários do conde de Basto, defensores de perseguições internas e do isolamento internacional da causa de D. Miguel.

Em síntese, o livro *Historiografia, Cultura e Política na época do Visconde de Santarém (1791-1856)* que integra a coleção *Historiographica – Lisbon Historical Studies*, contém um atualizado acervo de estudos para quem queira conhecer a fundo a sociologia e a cultura contrarrevolucionária, numa ótica interna mas sem deixar de fora o eco atlântico da mudança política e o alastramento ibérico e transnacional do legitimismo conservador.

ANA CRISTINA ARAÚJO  
Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras  
araujo.anacris@sapo.pt  
<https://orcid.org/0000-0001-5267-8196>